Aula 2

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SERGIPANO

META

Explicar como se formou o território sergipano

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Entender que o território sergipano nem sempre teve essa conformação atual;
Compreender que as determinações políticas e administrativas emanadas de Portugal determinaram os limites de Sergipe.

PRÉ-REQUISITOS

Para você entender melhor esta aula é preciso ler as referências indicadas ao final desta aula que abordam a História de Sergipe. São leituras que complementam o assunto em pauta.

Vera Maria dos Santos

INTRODUÇÃO

Essa aula será importante, porque você entenderá que nem sempre Sergipe, teve essa extensão territorial. O estabelecimento dos limites sergipano foi motivo de grandes discussões políticas e envolveram os intelectuais do século XIX, que reclamaram da usurpação da área territorial sergipana, sendo incorporada à Bahia. Para que você entenda a formação do território sergipano foi preciso recorrer à História, para que você compreenda melhor a minha intenção.

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SERGIPANO

A discussão sobre os limites entre Sergipe e Bahia envolveu intelectuais do século XIX e do século XX, ao tempo em que mostrou as primeiras evidências de ocupação do território sergipano. Essa polêmica remonta à época em que a Capitania de Sergipe, foi doada a Francisco Pereira Coutinho em 1534. Nessa época a nossa Capitania tinha uma área de 210.059 km2, delimitada desde o pontal do São Francisco ao Pontal de Itapoá. Essa Capitania situava-se ao entre as prósperas Capitanias de Pernambuco (ao Norte) e da Bahia (ao oeste e ao sul) e ao leste com o Oceano Atlântico.

Com a morte de Pereira Coutinho, essas terras foram devolvidas à Coroa portuguesa, isso porque o herdeiro de Coutinho encontrava-se em situação de penúria, estando impossibilitado de viabilizar o projeto de colonização da Capitania, que era muito caro. Assim, essas terras foram devolvidas ao reino e por essa devolução o herdeiro de Coutinho passou a receber quatrocentos mil réis por ano.

Depois dessa devolução, em 1575, as terras sergipanas foram entregues a Cristóvão de Barros, que fundou em 1590 a Capitania de Sergipe Del Rey, sendo esta, portanto, a sucessora da Capitania doada, em 1534 a Francisco Pereira Coutinho. É importante que se diga que até então, o território da Capitania sergipana não sofreu alteração alguma, por nenhuma determinação régia.

A primeira redução do território sergipano se deu em 1698, quando o desembargador Estevão Ferraz, Governador Geral do Brasil criou a Vila de Cachoeira na Bahia, transferindo a fronteira de Sergipe, para acima do rio Subaúma, diminuindo o território sergipano. A criação dessa nova Capitania foi importante para implementar o processo de colonização dessa terra de índios.

Nessa época quem ocupava essas terras eram os índios, os "donos" da terra, fato que preocupava os colonizadores portugueses, porque precisava que esse espaço fosse ocupado a fim de que possibilitasse a relação comercial entre dois polos importantes de povoamento na Colônia, Bahia e Pernambuco. Povoar essas terras significava expul-

sar os índios do lugar, que atrapalhavam aquela relação. Era também a garantir a posse das terras e livrar o território dos invasores. Além dos índios, quem também ocupou essas terras foram os comerciantes de Pernambuco e da Bahia ligados à Casa da Torre, que vez por outra, fixavam residência. Esse processo de colonização começou a partir do povoamento no vale do rio Real/Piauí. Depois os sesmeiros adentram o vale dos rios Cotinguiba/Sergipe e depois os sesmeiros com os seus rebanhos adentram as margens do Rio São Francisco.

A Bahia nesse momento era uma cidade administrativa e compreendia o Recôncavo, que começava no pontal de Itapoã e seguia até a base do Jequiriçá, onde hoje se situa a cidade de Jaguaribe. A área desse estado à época correspondia a do Distrito Federal, hoje. Mas conforme Rollemberg (1989), a Bahia, de conquista em conquista, tornou-se esse imenso estado à custa de sacrifício de outras áreas das quais Sergipe foi a maior prejudicada.

Quando os holandeses chegaram a Sergipe em 1637, o projeto de colonização portuguesa já estava em curso estendendo-se no sentido sul-norte, chegando até o Rio São Francisco. Entretanto a presença dos holandeses (1637 a 1645) foi um período de muitas lutas e tentativas de expulsão dos holandeses, que segundo alguns estudiosos desorganizaram a economia, além de provocarem muitos estragos nos lugares em que se estabeleceram.

Voltando a tratar dos limites, em 1729 Sergipe sofreu a segunda redução do seu território, quando o Rei atendendo ao pedido da família da Casa da Torre, os Garcia D' Avilla, família poderosa e donas dos maiores rebanhos da Colônia, para que o mesmo ficassem fora do alcance do Ouvidor de Sergipe, e assim pagar menos impostos. O pedido de Garcia D' Avilla foi atendido e a alteração dos limites da Comarca de Sergipe, se concretizou mais uma vez, fazendo-os recuar de Itapoan para Subaúma. Assim, criou-se mais uma Capitania, a de Jacobina, tirando uma parcela de terras não somente de Sergipe, mas também da Bahia.

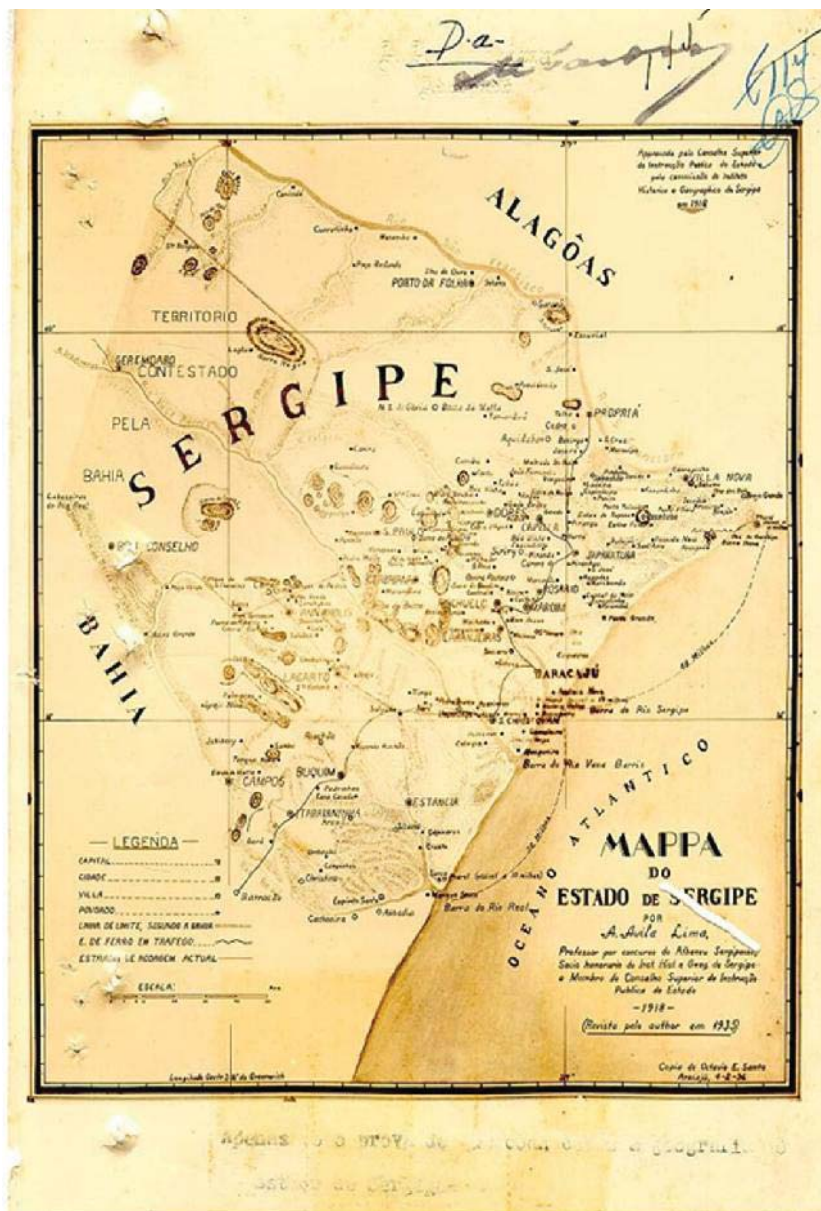
Em 1763 o rei mudou a sede do governo geral do estado do Brasil, da Bahia (que o fora desde 1549), para o Rio de Janeiro, formando-se o estado da Bahia constituído das capitanias: Recôncavo da Bahia, Itaparica, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e a Capitania subalterna de Sergipe Del Rey. De acordo com Nunes (1996, p. 33), esse fato acentuou a interferência baiana na administração sergipana. A nomeação do Capitão-mor de Sergipe Manuel Inácio de Pimentel Mesquita, em 1803, ressalta sua subordinação ao Governador e Capitão-General da Bahia.

Subordinado ao Governador-geral da Bahia, o Capitão-mor, nomeado pelo Rey de Portugal, administrava a Capitania de Sergipe Del Rey, sendo auxiliado nas atividades administrativas por um Ouvidor e um Provedor-mor, responsáveis respectivamente pela justiça e pelas finanças. Um conselho de governo e a câmara municipal de São Cristóvão resolviam as questões internas da Capitania, que, nessa época, tinha a cidade de Sergipe Del Rey (São Cristóvão) como a sua capital – sendo juridicamente denominada

de Comarca. A organização política administrativa da Capitania era composta de cidades, termos de villas e povoações. Esse envolvimento constante do Governador Geral com a política de Sergipe decorria não só da proximidade territorial, mas principalmente pela sua condição de capitania subalterna, porque não podia realizar o comércio de seus produtos diretamente com o Reino português. Os produtos sergipanos deveriam ser enviados até Salvador e depois exportados para aquele reino. De Salvador, seriam trazidos os artigos importados, o que dava motivo a constantes reclamações ante os prejuízos sofridos pelos produtores e comerciantes locais. Em relação a essa situação ressaltou Nunes (1993), que até a compra de escravos era feita através de Salvador, e em vão foram às tentativas de os proprietários rurais de Sergipe fazerem o comércio direto com os portos africanos.

Dessa forma também, era em relação aos atos e decisões políticas, pois as autoridades baianas procuravam sempre limitar os poderes do Capitão-mor, fazendo com que a validade dos atos por ele baixados dependesse de sua aprovação. Deste modo, viveram os sergipanos até 08 de julho de 1820 quando, através de Carta Régia, D. João VI concedeu à Capitania de Sergipe autonomia em relação à capitania da Bahia. Com aquele documento romperam-se todos os laços de dependência em que Sergipe tinha vivido até então para com a Bahia, e uma nova vida administrativa e econômica se estabeleceu e assim ficamos isentos da tutela da Bahia.

Mesmo a Capitania de Sergipe sendo, a partir desse momento, independente da Bahia, não foi motivo suficiente para retomar a sua antiga área territorial. Sergipe adquiriu sua autonomia, mas não com toda aquela extensão de terras. Sergipe tinha uma nova área, de 21.059Km2, apesar de muitos livros didáticos como o de Freire (1898) e Lisboa (1897) fazerem referência a 39.090 km2.

Consultando os livros didáticos e os seus mapas referentes a Sergipe, à época verifiquei que a tal delimitação é confusa e não mostra a linha que separa Sergipe da Bahia na parte ocidental. Isso porque os limites, não estavam bem definidos. Tinha ainda a delimitação dos limites meridionais com a Bahia, com o mesmo problema. As autoridades do século XIX reclamavam de tal questão e foram muitos os pedidos de reintegração do território usurpado. A partir de 1900 a polêmica se acentuou e os intelectuais, através de seus trabalhos, revelaram a disputa acirrada pelos limites interestaduais. O mapa a seguir data de 1919 e ilustra a situação anunciada.

Fonte: mapa de Sergipe elaborado por Ávila Lima em 1919

Observe o mapa e veja se você consegue perceber a delimitação do Estado de Sergipe? A questão dos limites ainda se fez presente nas publicações de Ivo do Prado, Limites de Sergipe: discussão entre louvados (1932) e de Gervásio Prata, Limites de Sergipe (1933). Conforme Rollemberg (1989), essa polêmica foi mais uma vez, reaberta no Governo de Augusto Maynard e o presidente Getúlio Vargas mostrou-se sensível à questão e nomeou uma comissão para que se chegasse a um bom termo o problema do Estado de Sergipe e do Estado da Bahia, mas por razões políticas, o presidente recuou e a questão dos limites continuou em aberto. Nos anos de 1980 o Senador Francisco Rollemberg reabriu a discussão, mas sem sucesso e assim continuamos com a nossa área.

CONCLUSÃO

Com esse texto você percebeu que nem sempre Sergipe teve essa extensão territorial. Sergipe já foi uma terra sem limites definidos, ou seja, a partir da situação e interesses políticos do Reino português os seus limites mudavam. Também tinha o projeto de colonização dessas terras que a princípio fracassou ficando essas terras nas mãos dos nativos seus primeiros donos.

RESUMO

A definição dos limites envolveu uma grande polêmica entre os intelectuais do século XIX, que reclamaram da usurpação da área territorial sergipana, sendo incorporada à Bahia, por motivos políticos e econômicos em favor da Bahia que era a Capital administrativa da colônia. Então por questões políticas e econômicas Sergipe teve o seu território diminuído.

ATIVIDADES

Explique em linhas gerais, como se formou o território sergipano? Ele sempre teve essa conformação atual de sua área territorial?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para você responder a essa questão é importante que você faça uma releitura do texto, incorporando a sua leitura as indicações bibliográficas sugeridas ao final desta aula.

PRÓXIMA AULA

Agora que você já sabe que existiu uma grande polêmica em torno da definição dos limites sergipanos e que os intelectuais da época se manifestaram a respeito, apresentaremos como é o clima sergipano.

AUTOAVALIAÇÃO

Agora que você terminou a sua leitura destaque as suas dúvidas e leve-as para o tutor desta disciplina para que o mesmo possa ajudá-lo na compreensão do conteúdo. Em relação ao texto indique o nível de clareza do mesmo, pois essa informação será importante para que o autor deste livro reveja a forma de apresentação do conteúdo:

Excelente (...)
Bom (...)
Regular (...)
Ruim (...)

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Felte. **Investigações histórico-geográfica de Sergipe.** Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; Cruz, Maria Tereza Souza et al. **Atlas escolar Sergipe.** João Pessoa: Grafset, 2007.

FREIRE, Laudelino de Oliveira. **Quadro chorographico de Sergipe.** Rio de Janeiro: H. Garnier, 1898.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos e influências da cana sobre a vida e a paisagem do Brasil. São Paulo: Brasil, 2004.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano.** Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe: Pongetti, 1925.

LISBOA, Luis Carlos da Silva. **Chorographia do Estado de Sergipe.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1897.

MOREIRA PINTO, Alfredo. **Chorographia do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Cia, 1892.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. 2. ed. São Cristóvão: editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

______. **Sergipe colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

______. **História da educação em Sergipe.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

ROLLEMBERG, Francisco. **Limites**: Sergipe–Bahia. As razões históricas, jurídicas e sócio-econômicas. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1989.

SANTOS, Vera Maria dos. “Para a mocidade sergipana”. **Anais do XVI Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós - Graduação em Educação. 2003 CD-ROM.

______. **A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe**: do século XIX ao século XX. São Cristóvão, 2004. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

______. **A mulher de posses e a instrução elementar na Capitania de Sergipe Del Rey nos anos setecentos.** 2011, 270f. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SCROSOPPI, Horacio. **Lições de Chorographia do Brasil.** São Paulo: Duprat & Cia, 1911.